

Fraudes, Tensões e Violência: a gestão executiva de Pe. Odílio em Senador Pompeu-CE (1962-1965)¹

Frauds, Tensions and Violence: the executive administration of Fr. Odílio in Senador Pompeu-CE (1962-1965)

Antônio Wesley do Nascimento Martins,² FECLESC/UECE

Resumo

O trabalho analisa a eleição de Pe. Odílio Lopes de Melo Galvão para Prefeito de Senador Pompeu-CE (1963-1965) e as tensões que marcaram sua gestão, compreendendo-o enquanto um “coronel de batina” (REIS, 2008). Analisando Atas da Câmara Municipal da cidade e matérias de jornais colhidas no site da Hemeroteca Nacional, atentando para os silêncios, interesses e escolhas que envolvem a produção de documentos oficiais (BACELLAR, 2008) e de impressos (LUCA, 2008), percebemos que sua eleição demarcou uma interessante mudança no cenário político da cidade ao passo em que seu mandato fora marcado pela descoberta de fraude, além de discordâncias com o Legislativo que culminaram em agressões e até mesmo no assassinato de um edil opositor. Para tal, dialogamos com Bernstein (2003), Farias (2012; 2022), Le Goff (1990), Nogueira Júnior (2004), dentre outros.

Palavras-chave: Pe. Odílio; Senador Pompeu; “Coronel de Batina”; Tensões Políticas.

Abstract

The study analyzing the election of Fr. Odílio Lopes de Melo Galvão for Mayor of Senador Pompeu-CE (1963-1965) and the political tensions which characterized your management, understanding him it while a “colonel of cassock” (REIS, 2008). Anaying Minutes of the Municipal Council of city and journalistic articles taken from the website of the Hemeroteca Nacional, pay attention to the silences, interests and choices that involve the production of official documents (BACELLAR, 2008) and printeds (LUCA, 2008), we realized that your election demarcated a interesting change in the political scene of the city whereas your mandate was characterized by the discovery of frauds, beyond disagreements with the Legislative the culminated in agressions and even the assassination of an opposition City Councilman. For that, we dialog with FARIAS (2012; 2022), LE GOFF (1990), NOGUEIRA JÚNIOR (2004), and others.

Keywords: Fr. Odílio; Senador Pompeu; “Colonel of Cassock”; Political Tensions.

Introdução

Natural da cidade de Nova Russas-CE, o então jovem Odílio Lopes de Melo Galvão (1913 – 1983) entrou para o Seminário da Prainha localizado em Fortaleza ainda no ano de 1929, sendo ordenado padre uma década depois, em 1939. Após rápidas passagens à frente

¹ Este artigo é oriundo de parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso do autor.

² Mestrando do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: antwesley.martins@aluno.uece.br.

das freguesias de Aquiraz-CE e Cascavel-CE em 1940 e 1941 (REIS, 2008), respectivamente, assumiu em 1942 a paróquia de Senador Pompeu, cidade localizada no Sertão Central cearense a 272km da capital do Estado, por lá permanecendo de forma ininterrupta até 1956, contando ainda com um breve retorno as atividades eclesiais durante alguns meses de 1959.³

Sua longa passagem pelas terras senadorenses marcou aquele local. Ao auxiliar e promover ações assistencialistas de grande impacto tanto na zona urbana como na zona rural – dentre as quais a construção de escolas, igrejas, e um hospital, além da doação de alimentos e medicamentos (GIOVANAZZI, 1999; NOGUEIRA JÚNIOR, 2004; REIS, 2008) –, Pe. Odílio fora angariando enorme apreço da população a ponto de seu prestígio expandir-se para além das questões puramente sociorreligiosas. Deste modo, ainda durante a década de 1940 começara seu progressivo envolvimento nas tramas políticas locais ao aliar-se aos próceres da União Democrática Nacional (UDN).

Por conta disso, Odílio fora tornando-se um “coronel de batina” (REIS, 2008), religioso que, apesar de todas as proibições canônicas a respeito da política partidária, acaba por relativizá-las ao inserir-se nas contendas políticas de sua comunidade. Bastante recorrente no Ceará de meados do século XX, tal fenômeno acontecia, dentre outros motivos, pela “formação autoritária recebida no seminário” onde os “futuros padres eram preparados para serem lideranças que não aceitavam questionamento” (REIS, 2008, p. 183), além das próprias questões relacionadas à cultura política local de onde estavam inseridos, visto que como “tinham uma participação decisiva na vida política de suas comunidades e eram cobrados por todos nesse sentido” (REIS, 2008, p. 184), de maneira que os políticos procuravam cooptá-los para seu grupo político ou garantir seu silêncio via benefícios financeiros (REIS, 2008).

Assim, gozando “de uma autoridade, haurida de seu capital simbólico religioso, que reforçava o seu papel como árbitro social” (REIS, 2008, p. 270) e apropriando-se das práticas políticas de seu contexto, muitas delas violentas e associadas à “tradição do coronelismo e da cultura política do mandonismo” (REIS, 2008, p. 270). Odílio fora tornando-se, de acordo com um memorialista, “a maior liderança local de sua época”, acostumando-se a “eleger e a mandar nos prefeitos por ele apoiados” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 32), mas também a lidar com o surgimento de vários desafetos políticos, especialmente aqueles oriundos do Partido Social Democrata (PSD), principal grupo opositor e protagonista, junto dos udenistas,

³ Este rápido retorno aconteceu enquanto a Arquidiocese de Fortaleza – responsável pela Paróquia de Senador Pompeu naquele período – não enviava um vigário definitivo após a saída do anterior, Pe. Irineu Lima Verde (GIOVANAZZI, 1999).

de violentas contendas ao longo da década de 1950, resultando até mesmo na ocorrência de assassinios (MARTINS, 2022).

Dito isto, este trabalho busca analisar a gestão do “coronel de batina” (REIS, 2008) Pe. Odílio à frente do Executivo municipal de Senador Pompeu (1963-1966) após eleger-se Prefeito nas eleições municipais de 1962, observando como dera-se sua eleição, bem como as tensões que marcaram sua administração, dentre as quais, a descoberta de erros e fraudes administrativo-financeiras, além de constantes discordâncias com membros do Legislativo local a ponto de ocorrerem agressões e até mesmo o assassinato de um dos vereadores. Fazemos isto analisando vestígios presentes em Atas da Câmara Municipal de Senador Pompeu (ACM-SP), localizadas em seu acervo, além de matérias de diferentes jornais colhidas no site da Hemeroteca Nacional Digital.

Uma tensa Eleição e os primeiros desacordos

Poucos meses antes das eleições municipais de 1962, um fato mudou os rumos não somente daquela disputa, mas da própria dinâmica política de Senador Pompeu. Em reunião para decidir seu candidato a Prefeito para aquele pleito, a UDN optou pelo nome do empresário Audízio Vieira do Nascimento em detrimento de Pe. Odílio que imediatamente rompeu com o grupo. Tendo permanecido na cidade mesmo após ser afastado das atividades paroquiais, era de conhecimento sua vontade em ser o candidato udenista para aquele pleito, deste modo, ao sair do citado encontro aparentemente teria afirmado para todos, no centro da cidade, que se sentia “traído [...] mas que seria candidato pelo partido do povo, aquele que iria fundar e que seria eleito com a ajuda de seus verdadeiros amigos” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 55).

A partir daí o padre organiza o diretório local do Partido Trabalhista Nacional (PTN) e elege-se Prefeito com a maior diferença vista até então no município.⁴ Sua eleição promoveu uma interessante rearticulação das forças políticas municipais, pois se até o pleito anterior a cena política senadorense fora protagonizada principalmente por UDN e PSD, aquela de 1962 contara com uma enorme quantidade de apoiadores e candidatos ao Legislativo Municipal – a maioria deles sem qualquer histórico político anterior, além de alguns outros dissidentes udenistas – vinculados ao PTN, sigla que giraria em torno da figura de Odílio conformando o complexo e efêmero “grupo do padre” (MARTINS, 2022).

⁴ Sua diferença de votos para o segundo colocado, o próprio Audízio Vieira do Nascimento (UDN), fora de expressivos 1.042 votos.

O memorialista Nogueira Júnior (2004) menciona que pelo fato de Pe. Odílio ser homem de posturas autoritárias e centralistas, seu rompimento com a UDN “foi o prenúncio de que sua administração nascia com o germe da discórdia política” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 55), pois assim que “assumiu a direção do Executivo municipal, algo estranho e nebuloso passou a atormentar a vida política e cotidiana daquela pacata cidade” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 46). Deste modo, mesmo compreendendo que a citada obra é um “documento-monumento” (LE GOFF, 1990) e, portanto, surge como uma montagem resultante dos interesses e escolhas de seu autor, acreditamos que tais interessantes menções nos auxiliam no intento de compreender como se dera a gestão do padre-prefeito, especialmente quando notamos vestígios de que, de fato, sua gestão executiva fora profundamente complicada.

Desacordos com o Legislativo tiveram seu início ainda em maio de 1963, poucos meses após assumir à Prefeitura, pelo menos é o que apontam as fontes. Analisando a Ata de uma reunião ocorrida em dia 24 de maio de 1963, notamos que isto iniciou quando o vereador José Rodrigues da Silva – filiado ao próprio PTN, sigla liderada pelo Prefeito –, argumentou que devido ao “alto custo de vida, que atualmente atravessamos”,⁵ seria interessante a articulação de um projeto que concebesse a todos os funcionários públicos do Município, incluso aí sua classe política, “um aumento (...) a partir do dia 1º de junho do ano em curso”,⁶ medida prontamente analisada aprovada por uma Comissão de Finanças,⁷ sendo transformada na “Lei nº 358 de 31 de maio de 1963”⁸ em encontro ocorrido uma semana depois.

No entanto, pouco mais de uma semana após a aprovação do aumento solicitado pelo edil, os vereadores são surpreendidos com um ofício do padre-prefeito em que decidia pelo veto da citada Lei nº 358. Articulando uma extensa argumentação para sua decisão, Odílio afirma, dentre outras coisas, que:

[...] apreciou a Lei com carinho e atenção mas em virtude da presente situação financeira do Município deixou de aprovar apelando para a compreensão dos dignos representantes do povo. A situação financeira Municipal como é do conhecimento dos Senhores Vereadores é deficitária, não suportando o momento o onus de acréscimo de despesas [...] no momento presente torna-se impraticável o aumento solicitado na Lei nº 358

⁵ (ACM-SP, 24/05/1963), grafia do original.

⁶ (ACM-SP, 24/05/1963), grafia do original.

⁷ Renovada anualmente, era composta por um grupo de vereadores responsáveis pela análise de questões que envolvessem solicitação de créditos, fiscalização da administração financeira do Município e da elaboração anual de proposta orçamentária.

⁸ (ACM-SP, 31/05/1963), grafia do original.

[...] adiando para o momento mais oportuno o aumento que fôr justo aos servidores [...].⁹

Sua justificativa para o veto da Lei a partir da observação de uma aparente precariedade nas finanças municipais poderia apontar para uma suposta preocupação e zelo com o pouco capital de que detinha a cidade. Porém, imediatamente após tomar conhecimento do veto, em sessão do dia 14 de junho de 1963, uma Comissão de Justiça¹⁰ da Câmara desconstrói sua argumentação de que o município estaria com dificuldades financeiras ao relembrar ao Prefeito das inúmeras solicitações que o próprio havia encaminhado à Câmara solicitando verbas para os mais diferentes propósitos, dentre os quais, a criação de vários novos cargos para o funcionalismo público. A citada Comissão expõe ainda o seguinte:

1º) – O Sr. Prefeito Municipal, alega ser [ilegível] a situação da Prefeitura Municipal, entretanto há pouco mais de um mês, a mesma autoridade enviou mensagem a esta Câmara, pedindo a criação desnecessária de cinco cargos.

2º) – O Sr. Prefeito Municipal não lembrou-se da situação deficitária do Município quando nomeou funcionários desnecessários aos serviços Municipais, e deles até sem existir o cargo:

3º) – Os Vereadores votaram a Lei, votada tomando por base o aumento constante do custo de vida e também o aumento concedido aos funcionários federais.

4º) – Somos pela aprovação da Lei e contrários ao veto.¹¹

Esta decisão tomada pela Comissão é posta em votação naquele mesmo encontro e o resultado final do Legislativo aprovou-a por “5 votos contra o veto e 4 votos a favor”.¹² Neste sentido, buscando nos atentarmos aos elementos implícitos, aos silêncios e interesses envolvidos em Atas e demais documentos oficiais (BACELLAR, 2008), acreditamos que tal votação pode ter sido marcada não somente como uma frontal discordância à uma medida tomada pelo padre-prefeito (algo que, ao que parece, ele não estava muito habituado), mas também por uma interessante aproximação entre os edis udenistas e pessedistas – históricos rivais e em número de cinco naquela ocasião –, contra os vereadores situacionistas do PTN – que estavam com quatro representantes na Sessão.

Outra discussão que contribuiu para o progressivo aumento das tensões entre Pe. Odílio e o Legislativo foi referente a um projeto de lei enviado pelo Executivo à Câmara, em

⁹ (ACM-SP, 12/06/1963), grafia do original.

¹⁰ Renovada anualmente, era composta por um grupo de vereadores responsáveis por medidas que dissessem respeito a questões jurídicas como adequação e cumprimento de pedidos à legislação vigente, mudança de nome de logradouros, dentre outras.

¹¹ (ACM-SP, 14/06/1963), grafia do original.

¹² (ACM-SP, 14/06/1963), grafia do original.

31 de maio – mesma Sessão em que os vereadores criaram a já discutida Lei nº 358, e antes que Odílio tentasse vetá-la –, onde sugeria uma modificação no “imposto de Indústria e Profissão”¹³ cobrado sobre vendas e demais movimentações econômicas dos estabelecimentos comerciais locais. A ideia era de que, caso a modificação fosse aprovada, o encargo passasse a ser “arrecadado mensalmente das firmas á Prefeitura Municipal ou por delegação do Executivo ao Sr. Coletor de Rendas Estaduais ou outro funcionário indicado pelo Sr. Secretário de Negócios da Fazenda”.¹⁴

Entrando novamente em cena, a Comissão de Justiça examina esta solicitação de Odílio e, em reunião ocorrida na data de 5 de junho de 1963, conclui optando por rejeitá-la sob o argumento de que existiria “uma Lei Municipal aprovada em Março do corrente ano (...) que regula os lançamentos a arrecadações de todos os Impostos Municipal”¹⁵ tornando esse processo “inalteravel pelo praso de 3 (três) anos, não podendo ser revogada”.¹⁶ A citada Comissão faz questão de tornar público ainda o fato de que haveria “funcionários na Prefeitura, com suficiência para arrecadar todos os Impostos Municipal, sem necessitar a interferência de pessoa extranhas”.¹⁷

Buscando analisar esses fatores pelas lentes do “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989), notamos que este novo revés sofrido pelo padre-prefeito trouxera, no mínimo, algum tipo de desconforto. Isto se torna crível quando notamos ainda que na Sessão realizada em 29 de julho de 1963 o vereador Serafim Barbosa da Silva, filiado ao PTN e próximo do Prefeito, apresentou um projeto de lei que, caso fosse aprovado, determinaria a revogação da “Lei nº 350 de fevereiro de 1963”,¹⁸ justamente a norma utilizada como embasamento pela Comissão de Justiça para recusar o projeto de Pe. Odílio sobre a alteração nas arrecadações dos Impostos Municipais. Além disso, naquele encontro constou-se a “presença do senhor Prefeito Municipal Pe. Odilo Lopes de Melo Galvão”,¹⁹ algo incomum e que, tendo em vista a apresentação do projeto de Serafim, poderia sugerir algum tipo de pressão ou intimidação.

Pelo que pudemos notar na análise das fontes, no entanto, o projeto do vereador Serafim fora simplesmente ignorado – o que pode ter suscitado mais ojeriza no Prefeito. Além disso, antes de concluir o ano de 1963 Odílio sofreria ainda com um outro fato que contribuiria em muito para um aprofundamento das tensões entre ele e os vereadores nos anos

¹³ (ACM-SP, 31/05/1963), grafia do original.

¹⁴ (ACM-SP, 31/05/1963), grafia do original.

¹⁵ (ACM-SP, 05/06/1963), grafia do original.

¹⁶ (ACM-SP, 05/06/1963), grafia do original.

¹⁷ (ACM-SP, 05/06/1963), grafia do original.

¹⁸ (ACM-SP, 29/07/1963), grafia do original.

¹⁹ (ACM-SP, 29/07/1963), grafia do original.

seguintes de sua gestão: a suspeita – que se tornaria pública – de que o ex-pároco “vinha gastando o dinheiro público de forma irregular” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 56). Desta forma, em reunião realizada em 10 de outubro de 1963 o vereador Francisco França Cambraia (UDN), um dos líderes da oposição, “pediu verbalmente ao Sr. Presidente que requerece da Secretaria da Prefeitura a Receita e a Despesa a partir de Janeiro a Setembro de 1963”,²⁰ algo até então inédito na vida política da cidade. Os desdobramentos deste fato serão abordados na sequência.

Aprofundamento das tensões e fraudes administrativas

Se 1963 findou com a suspeita da que o Prefeito “vinha gastando o dinheiro público de forma irregular” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 56), o segundo ano de mandato de Pe. Odílio já começou com mais uma polêmica. Ao que parece, ainda em março – naquela que teria sido a primeira reunião do Legislativo no ano –, o Prefeito aparentemente teria sequestrado um vereador, deixando-o “a uns vinte quilômetros da cidade para que este não votasse contra ele na sessão da câmara municipal” (REIS, 2008, p. 234). O edil em questão Joaquim Rogério de Oliveira, um jovem dentista que, curiosamente, tinha se eleito pelo próprio PTN, sendo inicialmente um membro do “grupo do padre” (MARTINS, 2022).

Ao que parece, Joaquim fora raptado quando se encontrava a caminho para a reunião e, em cárcere, teria recebido inúmeras ofertas de suborno de Pe. Odílio para que votasse em Serafim Barbosa da Silva (PTN) para Presidente da Câmara naquele ano, visto que este último era seu principal nome de confiança no Legislativo. Após tais tentativas de aliciamento, Joaquim de alguma maneira teria conseguido se soltar e fugir, chegando a tempo na Câmara para votar em outro candidato, Raimundo Benedito de Oliveira (PTN) que, conforme a Ata do encontro em que ocorreu a eleição, realizado em 24 de março, sagrou-se vencedor por “oito (8) votos”,²¹ a exata quantidade de presentes já que naquele encontro o único vereador faltoso fora justamente Serafim.

Interessante notarmos que toda esta confusão não teve o envolvimento direto de integrantes da UDN ou PSD, mas sim de políticos do próprio PTN, ou seja, do “grupo do padre” (MARTINS, 2022). Deste modo, é possível conjecturarmos que tal coletividade fosse o mais heterogêneo e complexo das facções políticas presentes em Senador Pompeu naquele instante, pois para além do fato de os partidos políticos serem caracterizados como organismos complexos e com membros de gerações, classes e por vezes interesses distintos

²⁰ (ACM-SP, 10/10/1963), grafia do original.

²¹ (ACM-SP, 24/03/1964), grafia do original.

relativamente acomodados na ação partidária (BERSTEIN, 2003), aquela facção em específico era incipiente, frágil e com um líder, pelo que pudemos aferir até agora, pouco afeito ao diálogo, preferindo lançar mão de práticas centralizadoras e autoritárias (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004).

Não temos mais informações a respeito deste sequestro e tentativa de suborno. No entanto, passado este episódio Odílio aparentemente tentara reconciliar-se com os vereadores ou, ao menos, apaziguar os ânimos. Isto é apontado pelo fato de ter enviado um representante seu, o “cidadão João Francisco Teixeira”,²² para uma Sessão realizada no dia 1º de abril onde pediu aquele “permissão para fazer uma representação do Sr. Prefeito Municipal trazendo aos Senhores Vereadores, neste novo período Legislativo a sua saudação de amizade e união”.²³ Além disso, a articulação naqueles dias de uma passeata em apoio ao Golpe de 1964, por parte de Odílio junto a outros setores civis católicos e elitistas, pode ser encarada também como uma tentativa de demonstração “para possíveis desafetos e opositores” que ainda mantinha “prestígio perante à população local” (MARTINS, 2022, p. 54).

Contudo, se de fato houve qualquer tipo de apaziguamento, isto findou no mês seguinte quando os vereadores deram início ao processo de apreciação das contas da Prefeitura referentes ao ano de 1963, algo muito esperado pela oposição como observamos anteriormente. Assim, em Sessão realizada no dia 15 de maio de 1964, durante o escrutínio de “recibos, folhas de pagamentos etc”²⁴ fora “encontrado uma declaração de material sem ser acompanhado dos referidos recibos das respectivas firmas”,²⁵ algo encarado pelos edis como estranho, levando-os a interromperem tal trabalho ao passo em que Raimundo do Fumo, naquele instante já empossado como Presidente da Câmara, solicitou “que fosse feito um ofício a Sta. Secretária declarando o motivo de não continuarem a leitura do respectivo Balancete”,²⁶ aparentemente a fim de compreenderem o que havia acontecido.

A notícia de que possivelmente existiria algo de errado com as finanças do Prefeito gerara um burburinho onde “toda a cidade comentava abertamente uma possível cassação do mandato do prefeito” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 57), algo não tão difícil de ocorrer já que poucos dias antes havia sido baixado no país o primeiro Ato Institucional sob os argumentos de combate e extermínio de um suposto perigo comunista, como também da corrupção (FARIAS, 2020). Embora não tenhamos encontrado indícios de que de fato o

²² (ACM-SP, 01/04/1964), grafia do original.

²³ (ACM-SP, 01/04/1964), grafia do original.

²⁴ (ACM-SP, 15/05/1964), grafia do original.

²⁵ (ACM-SP, 15/05/1964), grafia do original.

²⁶ (ACM-SP, 15/05/1964), grafia do original.

mandato de Pe. Odílio tenha sofrido algum tipo de ameaça de cassação, observamos na análise das Atas que a pausa no escrutínio das finanças da Prefeitura despertara algum tipo de cólera no grupo situacionista. Isto é indicado pela forma como a Secretária da Prefeitura respondeu aos vereadores, em ofício lido em 21 de maio. De forma extensa, ela diz:

[...] pude apurar que as aludidas notas referem-se à compra de livros destinados a escrituração e material de expediente para esta Prefeitura, conforme testemunhos dos funcionários [...] e o meu próprio [...] creio seja a existência do material o comprovante autentico da compra, não se justificando, portanto, a suspensão da leitura do balancete, quando uma verificação parece o caminho mais aconselhável [...] é possível o extravio de notas de Alto valor, quanto mais de notas insignificantes como esta, de importância tão pequena. Segundo apurei a nota extraviou-se em mãos do Tesoureiro, não sendo o Sr. Prefeito responsável por lapso desta natureza. Se o caso merece maior atenção a Câmara poderá ouvir a respeito deste e outros possíveis lapsos o Sr. Tesoureiro.²⁷

Embora não saibamos quem era a Secretária, é nítido um desconforto de sua parte com a paralização das apreciações das finanças do Executivo ao passo em que tenta justificar os erros encontrados como algo possível de acontecer, complementando ainda que tais equívocos seriam responsabilidade unicamente do Tesoureiro da Prefeitura, isentando Padre Odílio de qualquer culpa. Além disso, argumenta rispidamente que se os vereadores não se sentissem satisfeitos com sua resposta, poderiam convocar o próprio responsável pelas finanças para que explicasse o que ocorrera, e isto de fato aconteceu. É possível notar na análise da Ata daquele mesmo encontro que se fez presente um homem chamado “José Alves de Magalhães”,²⁸ o próprio Tesoureiro, “para dar uma ajuda na leitura dos Balancetes”.²⁹

Assim, esse escrutínio, que durou dias, levou a confirmação da existência de uma série de erros e fraudes cometidas pela gestão de Odílio. Constataram-se recibos “arquivados em segundas vias [...] sem selos [...] sem datas [...] sem os devidos comprovantes das respectivas firmas”,³⁰ além de documentos assinados por terceiros, bem como a existência de casos de nepotismo como uma “folha de pagamento da Diretora do Ensino Municipal assinada por Antônia de Melo Lopes, funcionária nomeada contra a Lei Organica do Municipio, uma vez que a mesma é irmã do Sr. Prefeito”,³¹ além do uso indevido do dinheiro público, já que em

²⁷ (ACM-SP, 21/05/1964), grafia do original.

²⁸ (ACM-SP, 21/05/1964), grafia do original.

²⁹ (ACM-SP, 21/05/1964), grafia do original.

³⁰ (ACM-SP, 21/05/1964), grafia do original.

³¹ (ACM-SP, 22/05/1964), grafia do original.

uma das folhas de pagamentos observara-se “o nome de Manoel Vieira, operário da limpeza que se encontra trabalhando na Fazenda de propriedade do Sr. Prefeito”.³²

Findada a análise desses documentos no dia 5 de junho, uma nova tensão surge, pois enquanto os vereadores oposicionistas, encontraram-se, ao que parece, abismados, os situacionistas, ignorando todos os equívocos encontrados, solicitaram ao Presidente da Câmara a aprovação daqueles documentos sob a justificativa de que “todos os membros da Comissão de Finanças estavam presentes”.³³ Raimundo do Fumo, entretanto, se posicionara em contrário afirmando que a “Mêsa não se responsabilizava por aquela aprovação”,³⁴ tendo apoio dos vereadores udenistas em sua decisão por “remeter ao Conselho Técnicos dos Municípios,³⁵ os Balancetes”,³⁶ pois só aprová-los-ia após alguma validação dada “por aquele Orgão”.³⁷

Embora essa reação por parte da oposição pareça o resultado senso genuíno de responsabilidade e preocupação com as finanças municipais, Carvalho (2003) argumenta que o “estilo pessoal de conduzir a administração” implementado por Odílio trazia à tona uma série de desacordos com os vereadores, pois “não permitia intermediários na gestão dos recursos públicos” (CARVALHO, 2003, p. 36), fazendo-o chocar-se com os interesses da maioria dos legisladores, pois supostamente prejudicaria seu intento de “direcionar recursos para seus ‘currais eleitorais’” (CARVALHO, 2003, p. 36-37), o que torna lícito a suposição de que estavam agindo daquela forma também por questões de disputa política, principalmente quando recordamos que o cenário político cearense daquele período de fato era marcado por práticas políticas daquela natureza (FARIAS, 2012).

Continuando a análise dos vestígios presentes nas Atas através do “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989), buscando os detalhes aparentemente triviais e secundários, mas inegavelmente importantes, notamos ainda que a decisão de Raimundo do Fumo (PTN) em enviar os balancetes para o Conselho Técnico dos Municípios resultou, aparentemente, na articulação de algum tipo de ameaça, intimidação ou constrangimento por parte dos políticos situacionistas que, como já notamos, estavam visivelmente contrários ao citado envio. Isto é

³² (ACM-SP, 05/06/1964), grafia do original.

³³ (ACM-SP, 05/06/1964), grafia do original.

³⁴ (ACM-SP, 05/06/1964), grafia do original.

³⁵ Órgão criado em 1954 e constitucionalizado no Estado cearense em 1957. De 1970 a 1992 denominou-se Conselho de Contas dos Municípios (CCM) e de 1992 a 2017, quando deixou de existir, atendeu por Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Era responsável pelo assessoramento, controle e fiscalização contábil, administrativo e patrimonial dos municípios cearenses. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/497292036/extincao-de-tribunal-de-contas-dos-municipios-do-ceara-e-objeto-de-adi>> Acesso em: 16 jun. 2022

³⁶ (ACM-SP, 05/06/1964), grafia do original.

³⁷ (ACM-SP, 05/06/1964), grafia do original.

apontado por uma fala do vereador Osmarino Ponciano (PSD), em Sessão realizada no dia 10 de junho, onde sugeriu que o Presidente da Câmara informasse ao Conselho “o ocorrido lamentável da sessão anterior”,³⁸ realizada cinco dias antes.

Não sabemos mais detalhes a respeito do citado ocorrido, no entanto, analisando ainda a Ata daquela Sessão de 10 de junho, supomos que de fato algo de muito sério tenha ocorrido uma vez que a próprio Presidente da Casa mencionou que “houve pressão de pessoas do Snr Prefeito”³⁹ para que não fizesse o envio da documentação. Em virtude disso, o vereador Joaquim Rogério de Oliveira (PTN) “sugeriu que fosse requisitado um funcionário da Prefeitura para acompanhar os balancetes”,⁴⁰ algo acatado pelo Presidente da Câmara que decidira também pela convocação de “uma autoridade Policial Militar para também acompanhar os referidos Balancetes”,⁴¹ demonstrando enorme preocupação com seu envio e salvaguarda.

Para além destas questões financeiras Odílio seria alvo ainda de outras denúncias. Assim, observamos que *O Jornal* (RJ), na página 4 de sua edição de 7 de junho, afirmou que “A Câmara Municipal de Senador Pompeu [...] enviou ofícios ao comandante da 10ª Região Militar⁴² e ao Governo do Estado, denunciando o Prefeito daquela cidade [...] pela venda do leite em pó do FISI,⁴³ recebido da merenda escolar” (O JORNAL, 07/06/1964, p. 4, grafia do original). No mês seguinte, uma nova matéria do mesmo noticioso afirmara, na edição de 2 de agosto, página 17, que “o diretor-geral da SAMDU,⁴⁴ sr. Hamilcar Veiga, declarou que o (...) atual prefeito daquela cidade, será processado por ter se apropriado indêbitamente de uma ambulância daquele serviço, transformando-a em carro de lixo” (O JORNAL, 02/08/1964, p. 17, grafia do original).

Não é custoso lembrar que os impressos não são neutros. Como um empreendimento resultante de um conjunto de indivíduos que partilham e transmitem, pela palavra escrita, um emaranhado de ideias, crenças e valores, bem como projetos de sociedade, tais documentos não podem ser vistos como apartados da realidade ou naturais em seus conteúdos (LUCA,

³⁸ (ACM-SP, 10/06/1964), grafia do original.

³⁹ (ACM-SP, 10/06/1964), grafia do original.

⁴⁰ (ACM-SP, 10/06/1964), grafia do original.

⁴¹ (ACM-SP, 10/06/1964), grafia do original.

⁴² Com sede em Fortaleza-CE é um comando administrativo encarregado pelas tropas do Exército no Ceará e Piauí.

⁴³ Fundo Internacional de Socorro à Infância, atualmente denominado Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que atua no intento de promover e garantir os direitos e bem estar de crianças e adolescentes pelo mundo. Atua no Brasil desde a década de 1950 com ações de apoio a nutrição e alimentação escolar.

⁴⁴ Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência. Criado em 1949 e vinculado ao Ministério do Trabalho, atuava ofertando atendimento médico de urgência a domicílio e no local de trabalho dos segurados nativos e inativos até ser vinculado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1967 (SILVA, 2020).

2008), o que torna necessário que uma observação das notícias, suas informações, representações e significados mediante uma análise crítica que as desnaturalize, desde as “letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas” (LUCA, 2008, p. 132).

Deste modo, embora não tenhamos mais detalhes a respeito das denúncias citadas e do resultado de possíveis investigações que possam ter suscitado, é crível imaginarmos que tenham sido articuladas pela oposição e demais vereadores rompidos com Pe. Odílio mediante aproximações com representantes daquele impresso. Além disso, outro fato interessante de se observar é que pelo menos uma das matérias cita que a denúncia fora feita não só ao então Governador do Estado Cel. Virgílio Távora (UDN),⁴⁵ como também à 10ª Região Militar, que apoiara o Golpe de 1964 sob orientação do IV Exército⁴⁶ e, àquela altura, era responsável pelo julgamento dos acusados de subversão apontados nos “IPMs ocorridos no Ceará, Maranhão e Piauí” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 120). Assim, é provável que tais fatores possam ter sido potencialmente perigosos para Odílio, minando ainda mais seu prestígio político.

Violência e assassinato no ápice dos embates

Como percebemos, o ano de 1964 foi marcado por um processo de aprofundamento das tensões entre Pe. Odílio e o legislativo senadoreense, haja vista a descoberta de fraudes e erros administrativos e financeiros, além das denúncias relacionadas à distribuição de alimentos e mau uso de uma ambulância. No entanto, ao que parece, uma tentativa de apaziguamento fora tentada no início de 1965. Em reunião realizada em 24 de março, a primeira daquele ano, o edil Osmarino Ponciano (PSD) “usou da palavra pedindo ao Sr. Presidente para trabalhar com união ao Sr. Executivo, dizendo que a cidade estava precisando de grandes reparos. Então o Sr. Presidente eleito disse que estava de acôrdo, pois a união tinha o bem da coletividade”.⁴⁷

Muito embora, pela resposta do Presidente da Câmara – posto ocupado naquele ano pelo vereador Joaquim Ferreira de Magalhães (UDN) –, o Legislativo pareça ter concordado em amenizar os ânimos junto ao Executivo, esta tentativa fora por água abaixo dois meses

⁴⁵ Governador do Estado do Ceará no quadriênio de 1963 a 1966. Fora eleito pela coligação conservadora denominada “União pelo Ceará” composta pelas principais agremiações políticas do estado naquele momento, tais como UDN e PSD (FARIAS, 2012).

⁴⁶ Naquele momento o Exército brasileiro era dividido em: I Exército com sede no Rio de Janeiro e jurisdição sobre Minas Gerais e Espírito Santo; II Exército com sede em São Paulo e jurisdição sobre Mato Grosso; III Exército com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e jurisdição sobre Santa Catarina; e IV Exército com sede em Recife-PE e jurisdição sobre todos os estados do Norte e Nordeste (CONCEIÇÃO, 2015).

⁴⁷ (ACM-SP, 24/03/1965), grafia do original.

depois, pelo menos é o que sugere a análise da Ata da Sessão realizada em 20 de maio. Naquela data os legisladores municipais receberam um parecer do Conselho de Assistência Técnica dos Municípios a respeito da avaliação das “contas do Sr. Prefeito Municipal, do período de 25 de março a 31 de dezembro de 1963”,⁴⁸ o que trouxe novo clima de tensão para a cena política local, pois a decisão daquele órgão fora “pela desaprovação das referidas contas, em virtude de inúmeras irregularidades encontradas”.⁴⁹

Ao que parece, imediatamente após a leitura deste ofício, os vereadores opositores começaram a se articular para que os balancetes e demais documentos relacionados às finanças da prefeitura ao longo dos outros anos de gestão também fossem analisados. Isto é apontado, por exemplo, em um posicionamento do vereador Osmarino Ponciano (PSD) naquela mesma Sessão de 20 de maio onde “opinou que fosse enviada a prestação de Contas do Sr. Prefeito Municipal, ao Conselho de Assistência Técnica dos Municípios, antes de serem apreciados e submetidos em votação a prestação de contas referente a 1964”.⁵⁰

Em contrapartida, e denotando como os ânimos se acirraram a respeito disto, os membros da casa legislativa que ainda se mantinham próximos a Pe. Odílio aparentemente se mobilizaram em contrário ao que havia sido sugerido por Osmarino. É crível esta suposição, pois imediatamente após a fala do edil pessedista, o vereador situacionista Serafim Barbosa da Silva (PTN) fez questão de se pronunciar em defesa de Odílio alegando o seguinte:

[...] nós Vereadores anteriormente acostumávamos a aprovar as prestações de contas do Sr. Prefeito como tinham sido aprovadas. Dizendo que tinha dado um voto na aprovação e tornava a dar outro novo voto na aprovação da referida prestação de Contas do Sr. Prefeito Municipal, defenderia, pois, ele era digno e honesto cidadão.⁵¹

O posicionamento de Serafim é curioso, pois sugere não somente uma aceitação de sua parte das já comprovadas fraudes cometidas pelo padre-prefeito, como também pode apontar para uma certa preocupação com possíveis consequências a serem enfrentadas caso os demais documentos referentes às finanças da prefeitura, no caso os de 1964, também fossem enviados para o Conselho de Assistência Técnica para análise. Isto poderia se tornar um risco, pois poderia existir a possibilidade de novos erros serem eventualmente constatados, no entanto, nenhum outro vereador que ainda estivesse aliado a Odílio se uniu a Serafim neste momento.

⁴⁸ (ACM-SP, 20/05/1965), grafia do original.

⁴⁹ (ACM-SP, 20/05/1965), grafia do original.

⁵⁰ (ACM-SP, 20/05/1965), grafia do original.

⁵¹ (ACM-SP, 20/05/1965), grafia do original.

Deste modo, em reunião realizada no dia seguinte, em 21 de maio, o possedista Osmarino Ponciano, aparentemente convencido de que em virtude dos erros constatados nos documentos referentes a 1963, aqueles oriundos do exercício financeiro de 1964 também poderiam conter fraudes, usou da palavra novamente afirmando que “tinha requerido e tornava requerer”⁵² que a prestação de contas do prefeito relacionada ao ano anterior fosse enviada “ao Conselho de Assistência Técnica aos Municípios antes de serem apreciadas pelo Legislativo e submetido em votação a ida da prestação e contas referente a 1964, pedindo ao Sr. Presidente que submetesse em votação se deveria ir ou não”.⁵³ Assim, o Presidente da Câmara levou sua solicitação em conta e após escrutínio o pedido fora “aprovado por 5 votos contra 4 votos”.⁵⁴

Infelizmente é desconhecido o resultado da averiguação realizada pelo Conselho de Assistência Técnica dos Municípios nestes documentos relativos ao exercício financeiro da Prefeitura durante 1964, pois nas fontes de que dispomos tal discussão não é mais citada. No entanto, tendo em vista todo o contexto de tensões e embates anterior, bem como os silêncios, interesses e informações implícitas contidas em documentos oficiais como as Atas (BACELLAR, 2008), é possível a suposição, e o próprio posicionamento do vereador Serafim Barbosa da Silva (PTN) torna isso factível, de que isto tenha causado um novo alvoroço na gestão uma vez que, dependendo da análise daquele órgão e da existência ou não de novas fraudes, uma nova reprovação de suas contas poderia vir a acontecer, algo extremamente prejudicial para o capital político àquela altura já questionado de Pe. Odílio.

Assim, a existência de uma possível irritabilidade e temor sentidos pelo padre-prefeito em virtude do envio dos documentos financeiros de 1964 para análise talvez explique as novas tensões ocorridas entre ele e membros do Legislativo nos meses seguintes. Um vestígio de um episódio desta natureza é observado em notícia publicada pelo jornal *Diário de Pernambuco* (PE), com data de 29 de agosto de 1965, onde apresenta a seguinte notícia: “Por motivos políticos o prefeito de Senador Pompeu, Padre Odílio Lopes Galvão, acompanhado de três indivíduos, agrediu, a coronhadas de revólver, manopla e ponta-pés, o vereador Joaquim Rogério de Oliveira, da UDN” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/08/1965, p. 4, grafia do original), que em virtude disso teria fraturado “a mandíbula em cinco partes, além de apresentar contusões no couro cabeludo e no tórax” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/08/1965, p. 4, grafia do original).

⁵² (ACM-SP, 21/05/1965), grafia do original.

⁵³ (ACM-SP, 21/05/1965), grafia do original.

⁵⁴ (ACM-SP, 21/05/1965), grafia do original.

Apesar desta notícia em particular possuir alguns erros – como a menção de que o vereador era pertencente à UDN sendo que na realidade, tal qual o Prefeito, era filiado ao PTN –, já pudemos perceber que, embora inicialmente próximos, a relação entre Odílio e Joaquim Rogério de Oliveira já não era das melhores desde, provavelmente, o episódio de sequestro seguido de tentativa de suborno que já discutimos. Aquele primeiro choque entre os dois e a subsequente ruptura fez com que o ex-Presidente da Câmara Municipal, inclusive, se tornasse um dos principais opositores do padre-prefeito (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004).

O noticioso não apresenta maiores detalhes sobre a data em que ocorrera a agressão, porém, menciona que tal situação teria ocorrido por “motivos políticos” embora não explicitamente pormenorizadamente quais teriam sido estes. No entanto, cruzando esta matéria com outra, desta feita uma localizada na página 14 da edição do *Jornal do Brasil* (RJ) de 22 de agosto de 1965, podemos observar o ocorrido a partir da perspectiva do próprio vereador, de modo que o mesmo teria dito que “a agressão teria sido motivada pelo fato de ter ele se passado para a oposição [...] o que se agravou quando o vereador assinou junto com outros colegas seus, uma nota [...] criticando a atitude de Padre Odílio em apresentar a sua prestação de contas através de boletins distribuídos pela cidade” (JORNAL DO BRASIL, 22/08/1965, p. 14, grafia do original).

Não temos conhecimento de que nota teria sido esta supostamente assinada por Rogério e os demais vereadores, assim como também não sabemos especificamente onde fora divulgada ou mesmo que boletins teriam sido estes que o padre-prefeito teria distribuído pela cidade. O fato é que toda a tensão que ocorria na cena política senadorense aparentemente chegou ao conhecimento do Governo do Estado, incomodando-o. Isto é indicado por uma mensagem enviada por Odílio à Câmara no dia 2 de setembro onde diz: “Em [...] visita a Senador Pompeu, o Governador Virgílio Távora fez alusão á União política existente na vizinha cidade – Quixeramobim, insinuando que os favores oficiais do Estado áquela comuna eram decorrência do reencontro [...] para o seu próprio desenvolvimento”.⁵⁵

Não é de nosso conhecimento a data em que Virgílio Távora supostamente visitou a cidade e, menos ainda, o que teria motivado tal ocorrência. Contudo, a forma como Odílio se refere ao possível encontro com o governador sugere que talvez não tenha sido dos melhores, especialmente quando cita a suposta insinuação feita pelo coronel de que a cidade vizinha de Quixeramobim, distante cerca de 57km, se encontrava em pleno desenvolvimento, recebendo até “favores oficiais” devido a sua “união política”, detalhe visto pelo Governo do Estado

⁵⁵ (ACM-SP, 02/09/1965), grafia do original.

como de suma importância para a implementação das obras, serviços e procedimentos relacionadas ao seu Plano de Metas Governamentais – PLAMEG (ALENCAR JÚNIOR, 2006).

Como pudemos inferir até aqui, um cenário de paz política era o que menos existia em Senador Pompeu àquela altura. Talvez por isso essa suposta insinuação de Virgílio tenha soado, aos olhos de Pe. Odílio, como uma espécie de ameaça velada ao passo em que poderia indicar ainda, em seu entendimento, que eventuais solicitações de recursos e feitura de obras na cidade poderiam sofrer algum tipo de entrave devido às contendas que ali ocorriam, obrigando-o então a algum tipo de mudança de postura em sua relação com os edis. Isto se torna factível, pois imediatamente após relatar este encontro com o Governador, afirmou que prezaria por uma “coexistência pacífica digna e proveitosa”,⁵⁶ pois “jamais pretendeu atritar-se ou desrespeitar o Legislativo, mas sempre procurou, embora inutilmente, pelo diálogo”,⁵⁷ concluindo afirmando que rogava à Deus por uma “vivência cristã e democrática de paz e amor”.⁵⁸

Pelo que pudemos inferir, no entanto, esse apelo feito no intento de promover algum tipo de apaziguamento junto aos vereadores – possivelmente no intento de amenizar críticas eventualmente feitas pelo Governo do Estado – foi efêmero. Em notícia divulgada pelo *Jornal do Commercio* (RJ), na “fatos policiais” datada em 7 de dezembro de 1965, pouco mais de 3 meses após a leitura da mensagem de Pe. Odílio citada anteriormente, é possível observar: “Foragido – o motorista do padre Odílio Galvão, prefeito da cidade de Senador Pompeu, [...] que assassinou a tiros de revólver o vereador Raimundo Benedito [...] O criminoso [...] foi identificado apenas como Geraldo” (JORNAL DO COMMERCIO, 07/12/1965, p. 7, grafia do original).

Raimundo do Fumo, ex-Presidente da Câmara, era outro edil que como Joaquim Rogério de Oliveira, havia rompido com o “grupo do padre” devido a práticas autoritárias e centralistas de Odílio, de modo que seu assassinato certamente representa o auge do confronto estabelecido entre o Prefeito e o Legislativo senadorense durante sua gestão. Assim, embora a notícia não dê maiores detalhes a respeito de como o sinistro teria ocorrido ou mesmo qual teria sido a sua real motivação, um memorialista local afirma que Geraldo, o acusado do crime na notícia, seria um “misto de motorista e capanga do padre” sem qualquer tipo de

⁵⁶ (ACM-SP, 02/09/1965), grafia do original.

⁵⁷ (ACM-SP, 02/09/1965), grafia do original.

⁵⁸ (ACM-SP, 02/09/1965), grafia do original.

desavença com Raimundo, mas ainda assim cometera o crime porquê aquele “fazia cerrada oposição ao prefeito” (NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p. 46).

Não temos conhecimento do desfecho desse crime ou se o assassinato do vereador chegou a causar algum tipo de consequência mais séria para o padre-prefeito, contudo, é certo supormos que tal fato tenha impulsionado cada vez mais o clima de tensão já característico da cena política senadorenses desde, pelo menos, 1963. Deste modo, como o crime ocorrera já com os trabalhos legislativos de 1965 encerrados, é provável que durante 1966, ano eleitoral e último da gestão do padre-prefeito, esse crime tenha sido repercutido e servido como mote para novos embates, especialmente em discursos e propagandas eleitorais. Contudo, não temos como saber ao certo como se deram os trabalhos legislativos em 1966, pois não fora possível localizarmos as Atas da Câmara referentes aquele ano.⁵⁹

Considerações Finais

Concluimos que Pe. Odílio envolveu-se profundamente com a cidade de Senador Pompeu para além do tempo em que ficou à frente da paróquia e as obras sociais e religiosas que conduziu. Assim, notamos que fora progressivo o seu envolvimento com as tramas políticas que existiam na cidade desde a sua chegada, de maneira que este processo o tornou aquilo que compreendemos como um “coronel de batina”, religioso que se insere na política da comunidade em que se encontra, aproximando-se direta ou indiretamente de algum grupo/partido, conduzindo os fiéis em prol do interesse do grupo e apropriando-se das práticas políticas postas em prática naquele contexto.

Como sua atuação política partidária fora bastante expressiva, a ponto de permanecer na cidade mesmo após ser afastado das atividades eclesiais, além de tornar-se uma das principais lideranças da UDN, notamos ainda que este capital político de Odílio contribuiu para que um “grupo do padre” surgisse em seu entorno durante o pleito de 1962 após aquele romper com os udenistas. Este processo contribuiu ainda, pelo que pudemos inferir, com uma interessante e complexa rearticulação dos personagens políticos de Senador Pompeu visto que se até aquela citada eleição as disputas se resumiam a UDN e PSD, agora havia justamente uma terceira facção liderada pelo padre na sigla do PTN, partido pelo qual fora eleito Prefeito.

Notamos ainda, especialmente a partir de situações que envolveram vereadores como Joaquim Rogério de Oliveira e Raimundo Benedito de Oliveira – eleitos como membros do

⁵⁹ Em nossas visitas ao acervo da Câmara Municipal de Senador Pompeu seus responsáveis disseram que não conseguiram encontra-las. Citaram como prováveis motivos o descuido de gestões anteriores no resguardo destes documentos, além de um suposto incêndio ocorrido em uma data que não souberam apontar com exatidão.

“grupo do padre”, mas oposicionistas durante sua gestão – que esta facção política fora efêmera. Isto pode ter ocorrido, pelo que observamos, pelo fato de o padre-prefeito ter sido um líder autoritário e centralista em suas decisões, fatores que possivelmente contribuíram para o afastamento de possíveis aliados e a angariação de novos desafetos.

Estas práticas e posturas de Pe. Odílio contribuíram ainda para que inúmeras tensões, embates e desacordos ocorressem entre ele e a maioria dos membros do Legislativo municipal durante toda a sua gestão. Inclusive, podemos concluir que a análise de sua condução da máquina pública municipal, especialmente de suas finanças, fora o principal mote para o conflito entre os dois poderes, visto que esse processo apontou para a existência de fraudes e demais erros administrativos-financeiros, bem como uso indevido do dinheiro público e o uso de práticas como o nepotismo.

Embora o padre-prefeito tenha tentado, pelo que observamos, reaproximar-se do Legislativo em algumas oportunidades devido a fatores como uma possível pressão do Governo do Estado ou mesmo a tentativa de manutenção de seu capital político, sua atuação enquanto chefe do Executivo senadoreense fora marcada por intensas contendas políticas e recurso a práticas violentas que findaram na ocorrência de agressão física, sequestro e tentativa de suborno, além de um assassinato de um vereador oposicionista e ex-aliado.

Fontes

Atas da Câmara Municipal de Senador Pompeu (1963-1965)

Diário de Pernambuco (PE), 29/08/1965, 3º Caderno. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=Senador%20Pompeu%20Ceará%20Odílio &pagfis=38054 Acesso em: 02 Set. 2020.

Jornal do Brasil (RJ), 22/08/1965, 1º Caderno. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Senador%20Pompeu%20Ceará%20Odílio &pagfis=72901 Acesso em: 15 Mar. 2022.

Jornal do Commercio (RJ), 07/12/1965, 1º Caderno. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=Senador%20Pompeu%20Ceará%20Odílio &pagfis=39592 Acesso em: 15 Mar. 2022.

O Jornal (RJ), 07/06/1964, 1º Caderno. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_06&pasta=ano%20196&pesq=Senador%20Pompeu%20FISI &pagfis=36222 Acesso em: 06 Set. 2020.

Referências Bibliográficas

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora**: o coronel modernizador do Ceará. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia,

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/44339> Acesso em: 16 Mar. 2022.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

CARVALHO, Luiz Flavio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto: Senador Pompeu – 1960 a 1990**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, da Universidade Federal do Ceará – UECE, Quixadá, 2003.

CONCEIÇÃO, Flávio da. **As Práticas Políticas do “Movimento dos Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)**. 2015, 172f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Dissertação.pdf> Acesso em: 23 Mai. 2020.

FARIAS, Airton de. **Para além das armas: militantes da esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-1972)**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, INESP, 2020.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores: 80 anos servindo ao Senhor**. Francisco Beltrão: Grafit, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARTINS, Antônio Wesley do Nascimento. **Da “Experiência Democrática” à Ditadura: Política, Igreja e Movimentos Sociais em Senador Pompeu-CE de 1962 a 1967**. 2022, 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, da Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2022.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Maria Saraiva. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

REIS, Edilberto Cavalcante. **Coronéis de Batina: a atuação do Clero na Política Municipal Cearense (1920 – 1964)**. 2008, 287 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=101016 Acesso em: 8 Mar. 2021.

SILVA, Letícia Vieira da. **História da Atenção Domiciliar: Revisão Narrativa**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Enfermagem), Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/704/1/TCC%20III%20-%20LETÍCIA.pdf> Acesso em: 24 Ago. 2022.